

AGROVILAS RURAIS: A NEGOCIAÇÃO DO ESPAÇO E A GESTÃO DA RECUSA

**Alzira Salete Menegat - Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região
do Pantanal e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**
smenegat@terra.com.br

Neste trabalho analisamos os diferentes projetos surgidos a partir da implantação do Assentamento Taquaral: de um lado, o projeto dos assentados, tendo como proposta a formação de todo um complexo que envolve vida e trabalho nos lotes de produção, e de outro, o projeto do Estado, baseado em lotes de moradia nas agrovilas, tido como espaços ideais para a construção das residências dos assentados.

Entendemos o espaço na concepção de Lefebvre (1976) como um instrumento político, passível de ser intencionalmente manipulado, sendo construído, projetado pela prática social. Nesse sentido, o espaço é um produto da sociedade, engendrado pelas relações estabelecidas entre as pessoas.

No Taquaral, por meio da história oral, procuramos observar como o espaço foi projetado e construído. Para isso acompanhamos a trajetória das famílias lá instaladas e os muitos olhares que lançam para os diferentes espaços que ocuparam até a chegada ao lugar do assentamento definitivo. O Assentamento Taquaral foi criado no ano de 1989 e está localizado no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul. Sua instalação ocorreu de forma emergencial, devido à necessidade que o governo estadual tinha em resolver o super agrupamento de famílias que ele próprio criara, quando reuniu, em meados da década de 1980, em um único assentamento provisório, o Santo Inácio, as mais de 800 famílias que se encontravam acampadas nos diferentes municípios do Estado. A área do Taquaral foi escolhida pelas facilidades que sua desapropriação apresentava, mas o que se observa é que o Estado não teve a preocupação adequada com a qualidade das terras que desapropriou, nem mesmo com a forma como dividiu o espaço no novo lugar¹, instalando nela famílias com tradição no cultivo agrícola em um lugar sem condições para isso.

O Assentamento em Corumbá parecera, a princípio, que solucionaria o problema dos anos de acampamento, mas logo as famílias perceberam que estava longe de ser o lugar que buscavam. Logo no início, começaram a ser criadas às contradições: a primeira refere-se à organização do espaço, em especial à exigência da moradia nas agrovilas e a segunda está voltada a qualidade inadequada das terras desapropriadas, contrariando o modo de vida de que eram portadoras.

A trajetória das 394 famílias instaladas no Taquaral foi longa até lá serem assentadas. Vieram de regiões diferentes do Brasil: há famílias brasiguaias, que saíram do Brasil nas décadas de 1960/1970, buscando alternativas para a expulsão do processo de modernização agrícola brasileiro, e retornaram ao Brasil na década de 1980, movidas pela esperança no projeto de reforma agrária. Outra parte das famílias é composta de antigos arrendatários de terras em Mato Grosso do Sul e que com a modernização da agricultura, foram expulsos do espaço que ocupavam. Há ainda uma pequena parte de famílias originárias da própria região de Corumbá, que trabalhavam como peões de fazenda, na lida com o gado, ou em trabalhos temporários na Bolívia, país vizinho ao

¹¹ Entendemos lugar na concepção de D'Aquino: "um lugar mítico, construído como local de moradia, de criação-recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida" (1997, p. 30).

assentamento. Em suas histórias demonstram que trilharam diferentes caminhos, porém muito parecidos, uma vez que na maioria delas percebemos um elo a uni-las: a terra. No Taquaral, foram submetidos ao projeto do Estado, especialmente as agrovilas.

As agrovilas foram espaços planejados pelo Estado para os assentamentos, com uma nova infraestrutura e organização das famílias, criadas com a meta primordial de diminuir os custos operacionais com os assentamentos. Com elas, o Estado passou a instalar a infra-estrutura necessária (moradia das famílias, escolas, postos de saúde) apenas nos espaços dos lotes de moradia, não mais ao longo das linhas, onde se encontram os lotes de produção. No Taquaral, com esse modelo, os assentados residiriam próximos, semelhante ao espaço urbano, o que resultou na recusa pelas agrovilas.

A área que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, reservou no Taquaral para a instalação das agrovilas, que receberia a infra-estrutura num momento posterior à instalação do projeto, foi criada fisicamente, mas não chegou a ser instalada, tornando-se ociosa e recebendo um pequeno número de famílias, que só se dirigiram aos espaços das agrovilas quando da entrega dos lotes de produção, em virtude das dificuldades existentes, por estarem localizados em lugares de difícil acesso. Hoje, decorridos mais de dez anos da instalação do Assentamento Taquaral, os lotes de produção são os que receberam a infra-estrutura possível para a moradia e para o trabalho, construída, em grande parte, pelos assentados com seus próprios recursos. O espaço das agrovilas ficou praticamente abandonado. Isto mostra que as famílias assentadas tinham um projeto próprio, recusando o projeto do Estado, que, aliás, nunca o implantou efetivamente no Taquaral.

O modelo de agrovilas implantado no Taquaral visava também minimizar os problemas ocorridos em outros assentamentos instalados no município², especialmente com o abastecimento de água³. Na área do município de Corumbá, existem, dificuldades para a perfuração de poços no sistema manual, em virtude da existência de camadas rochosas no subsolo, sendo os poços artesianos a alternativa viável. No entanto, em face do elevado custo para a instalação, torna-se inviável esse sistema para os assentados.

Em todas as três agrovilas instaladas no Taquaral, há uma conjugação de diferentes espaços: existe o espaço destinado aos lotes de moradias, com tamanho em torno de quatro mil metros quadrados; há também outros lotes, na parte central de cada agrovila, denominados lotes comerciais, com tamanho que gira em torno de 420 metros, próximos uns dos outros, formando uma espécie de vila, com características que se aproximam daquelas encontradas no meio urbano. Os lotes comerciais foram planejados pelo INCRA para a instalação de um pequeno comércio e podem ser ocupados tanto pelos parceiros como por seus filhos, ou ainda por pessoas que não possuem vínculos com o assentamento. Existe ainda, em todas as três agrovilas, o projeto para a infra-estrutura destinada ao ensino, à saúde, ao lazer, ao armazenamento de produtos e aos cultos religiosos e um espaço

² Nos assentamentos Mato Grande, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Paiolzinho, também instalados em Corumbá, encontramos, em cada um deles, a formação de um núcleo urbano, localizado na área central de cada assentamento e que serve para o desenvolvimento de um pequeno comércio, para o atendimento imediato das famílias, ou ainda, como lugar de encontro, de reuniões e mesmo atendimento à saúde da comunidade.

³ O assentamento Mato Grande é o único projeto instalado em Corumbá que não apresenta problemas com o abastecimento de água. Nele foram instalados, ao longo das linhas, dos lotes de produção, cinco poços.

reservado à preservação de uma área verde. No entanto, de todo esse projeto planejado pelo INCRA, pouco foi executado.

Após 12 anos de distribuição dos lotes⁴, o espaço que atualmente envolve as três agrovilas instaladas no Taquaral, compreende a seguinte infra-estrutura: na agrovila I, a segunda em extensão, ocupando uma área total de 77, 0599 hectares, onde se encontram lotes de produção com solos de difícil manejo, em razão da má qualidade, há: uma escola de alvenaria, construída com recursos da Prefeitura do município de Corumbá, onde se desenvolve o ensino de primeira à quarta série, duas igrejas e em apenas seis dos 137 lotes de moradia, encontramos famílias instaladas. Em dois dos 15 lotes comerciais, há famílias residindo.

No princípio, logo após a entrega aos assentados dos lotes do Taquaral, ano de 1990, a agrovila I recebeu parte significativa dos parceleiros detentores de lotes de produção naquela área, que ocuparam os lotes de moradia na agrovila, em virtude de o INCRA manifestar, naquele momento, interesse em atender com água unicamente às famílias estabelecidas nas agrovilas, atitude justificada pela falta de condições. Como havia escassez de água em praticamente toda a área do assentamento, e os lotes de produção da agrovila I encharcavam no período de chuvas, dificultando a instalação dos assentados e o deslocamento a outros pontos do assentamento, problema que até hoje persiste, as famílias contempladas com lotes naquela área foram obrigadas a mudarem para os lotes de moradia na agrovila. Era um lugar mais elevado e desse modo tencionavam assegurar o atendimento com a água. Esse benefício acabou não ocorrendo e, para serem atendidos pelo INCRA, tiveram que recorrer a manifestações em frente a aquele Instituto.

Passados alguns anos, as famílias que se encontravam ocupando os lotes de moradia na agrovila I, ao menos parte delas, conseguiram trocar seus lotes por outros lotes nas áreas da agrovila II e da agrovila III. Isto foi possível em razão de o INCRA ter retomado parcelas que se encontravam em situação irregular naquelas áreas; outra parte das famílias vendeu seus lotes, deixando o Taquaral. Nos lotes de moradia, no ano de 2001, encontravam-se apenas seis famílias residindo.

É na agrovila II, a menor em extensão dentre as três implantadas no Taquaral, ocupando um total de 63, 1396 hectares, que observamos maior ocupação e mesmo um maior movimento de pessoas na área que compõe o espaço da agrovila. Nela foram instalados 82 lotes comerciais, estando 14 deles ocupados por residências das famílias. Encontramos na agrovila II uma maior infra-estrutura destinada ao funcionamento do ensino, sendo em número de três os prédios construídos pelo INCRA e pela Prefeitura de Corumbá para o funcionamento do ensino fundamental e do ensino secundário, reunindo uma importante parcela dos estudantes do Taquaral. Há também um centro de saúde; duas igrejas, instaladas em antigos lotes de moradia, doados pelos parceleiros e um campo de futebol. Nela não há famílias de parceleiros ocupando os 122 lotes de moradia.

Quanto à agrovila III, a maior do assentamento em extensão, ocupando uma área de 92, 2589 hectares, em sua infra-estrutura também não observamos mudanças desde o período inicial. Nela encontram-se instaladas uma escola, onde funciona o ensino de primeira à quarta série e duas igrejas, sendo que estas, como também ocorreu na agrovila II, estão localizadas em lotes de moradia doados pelos parceleiros e não na área reservada pelo INCRA para a instalação das sedes

destinadas à religião. Somente em um dos 13 lotes comerciais encontra-se instalado um filho de parceleiro e em todos os 155 lotes de moradia, não há famílias residindo. A única diferença em relação às outras agrovilas é que nesta, a Prefeitura de Corumbá efetuou o desmate da mata existente nos lotes de moradia, em virtude de um acordo estabelecido entre os assentados e a Prefeitura. Pelo termo desse acordo, firmado em 1998, os parceleiros da agrovila III transferiram parte da área da agrovila para a Prefeitura de Corumbá, para que ela a urbanizasse e lá instalasse uma indústria de fécula. O acordo foi firmado mas nada fora executado.

Os espaços das agrovilas estão abandonados em meio ao assentamento, o que reflete, por um lado, a falta de um diálogo entre o Estado e as famílias, no momento da idealização da estrutura do projeto e, por outro, o absoluto descaso do Estado em cumprir a promessa, implícita no projeto, de instalar as agrovilas com todos os recursos previstos. Esse fato mostra que o projeto das agrovilas idealizado pelo Estado era lindo no papel, mas nele esqueceram da vida, da rede de relações e das tradições de que os assentados eram portadores.

O que se deu foi a elaboração de um projeto considerado ideal para a área do Taquaral e só depois ele foi trazido para a discussão. Com ele, o INCRA buscava resolver problemas relacionados especialmente à inadequação dos espaços que desocupa para o assentamento de famílias. A exclusão de parte dos interessados do debate parece seguir a própria história da criação do Taquaral, quando o INCRA, conhecedor das condições desfavoráveis para a agricultura naquele lugar, ainda assim transferiu para lá pessoas que desejavam plantar na terra e dela retirar o sustento de que necessitavam. Colocou-as em um lugar onde não poderiam fazer o que desejavam. O que ocorreu com o projeto das agrovilas foi uma espécie de pressão para a sua aceitação. Dessa forma, ao final da discussão, os assentados não tiveram escolha, senão aceitar as agrovilas. Porém, no momento da entrega dos lotes, as famílias decidiram pelo lote de produção, abandonando o projeto do Estado.

Nas falas das famílias notamos o poder que o Estado detém e como o exerce sobre grupos marginalizados socialmente. O espaço do Taquaral deveria seguir as necessidades do Estado. Os assentados estavam vinculados, por sua necessidade em obter terra, a esse sistema. Como poderiam tomar decisões sobre a forma desejada para a divisão e infra-estrutura no Taquaral se esse poder estava sob o controle total do Estado? Havia uma organização articulada dos trabalhadores, usada para fazer valer seus desejos, mas havia, antes de tudo, o projeto já planejado pelo INCRA. O resultado final foi que o poder do Estado se sobrepôs ao das famílias. Daí entendermos o fato do espaço ser elaborado e colocado em prática pela classe dominante, como nos indica Lefebvre. Eis como Lefebvre define o espaço:

O espaço não se pode dizer que seja um produto como outro qualquer, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, é o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. ... O espaço constituiria, pois, uma espécie de esquema em um sentido dinâmico que seria comum nas atividades diversas, nos trabalhos divididos, na cotidianidade, nas artes e nos espaços criados pelos arquitetos e urbanistas (1976, p.34).

⁴ Os dados que doravante apresentamos, em relação à organização das agrovilas, refletem a realidade existente no Taquaral até o mês de dezembro de 2001.

Conforme as reflexões de Lefebvre, observamos que o espaço é um instrumento político, onde se situam diversos sentidos, como as ideologias, a produção e os valores culturais, podendo ser manipulado segundo os interesses da classe dominante e do Estado. Por constituir esses elementos, o espaço pode tanto ser desarticulado e desunido, como também organizado e unido pelo poder. Isso é fato no Taquaral, uma vez que a divisão do espaço do assentamento partiu do interesse do Estado e não dos sujeitos que fariam uso dele, no caso, os assentados.

Diversos foram os recursos que o Estado utilizou para impor seu domínio sobre o espaço do Taquaral: a apelação em relação à família, com o uso de elementos voltados para a satisfação da mulher, como o ter uma casa onde houvesse energia elétrica e abastecimento de água. No entanto, quando do recebimento do lote de produção, esses elementos não foram suficientes para garantir a substituição do projeto inicial de muitas mulheres e homens, desejosos de viver no lote de produção e não em lotes menores, e em associação à forma de vida nas cidades. Desejavam reconstruir o estilo de vida de que eram portadores e, sobretudo, encontrar uma forma de viabilizar a ocupação do lote, sem a necessidade de trabalharem em outro espaço. Dedicando-se exclusivamente ao lote poderiam olhar, cuidar do que é seu: a casa, as plantações, as criações. Esse olhar tem sentido de cuidado, de domínio e, sobretudo, de conciliação entre o trabalho e a vida familiar no mesmo espaço.

Por isso, falar do projeto das agrovilas, nos leva a tratar de outros tantos que ocorreram na construção do Taquaral. Os assentados trazem à cena o tripé de contradições que se fez presente na implantação do assentamento: o projeto arbitrário das agrovilas, a qualidade do solo e o tamanho dos lotes.

No que diz respeito ao tamanho dos lotes, a Agrária Engenharia e Consultoria, responsável pelo Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA – publicado pelo INCRA), sugeriu que na área que compõe o Taquaral, fossem assentadas 328 famílias e não as 394 que acabaram sendo instaladas. Orientou ainda para que a área dos lotes de produção, localizados na agrovila I, variasse entre 29 e 37 hectares, em virtude da má qualidade do solo, que nesse caso, seria ocupada com pecuária. No entanto, acabou prevalecendo a área média de 16 hectares.

O problema torna-se então mais delicado porque não se limita ao projeto das agrovilas, mas engloba, paralelamente, o todo da infra-estrutura do Taquaral. As famílias assentadas no Taquaral vinham de uma prática agrícola de outras regiões de Mato Grosso do Sul e mesmo de outros Estados, e por isso nutriam o pensamento de que na terra, no lote de produção, poderiam conjugar vida e trabalho.

No cotidiano das famílias hoje assentadas no Taquaral, o desejo de conquistar um lote de terra foi construído com base no lugar que possibilita a reprodução da família. O modo de vida das famílias, era diferente do projeto do Estado. Ao final de toda a discussão, as famílias, já cansadas dos anos de acampamento, concordaram com o tamanho dos lotes e também com as agrovilas, a maneira encontrada para encerrar a discussão e terem, enfim, o seu lugar. As agrovilas foram aceitas na organização do Taquaral, mas recusadas na organização de vida das famílias. Foram criadas pelo Estado, estão lá, mas constituem-se em espaços vazios. Poderíamos até questionar o fato de as famílias aceitarem uma estrutura que não as atendia, já que entre elas havia uma organização e uma luta de muitos anos. No entanto, quando analisamos suas histórias, notamos que não se tratou de

falta de organização ou de passividade por parte delas, mas de cansaço, em virtude de anos de privações e do desejo de poder, enfim, construir cada qual o seu lugar.

Contudo, da mesma forma que o INCRA usou subterfúgios para validar seu projeto, dando um formato democrático a uma proposta que não considerava a participação das famílias, submetendo-o à aprovação após sua elaboração, as famílias, diante de tal imposição, também lançaram mão de estratégias para, ao final, realizarem o projeto que planejaram para si. Foi uma forma de encerrar essa fase e assim acelerar o processo de divisão dos lotes, que estava parado, em virtude do embate entre os diferentes projetos. Porém, elas estavam conscientes de que no momento da entrega dos lotes de produção, passariam a conduzir o processo.

Assim, se é no espaço que se produzem as ideologias, a cotidianidade e os valores culturais, como nos diz Lefebvre, temos então a aceitação ou não pelo espaço planejado pelo poder. No Taquaral, os valores culturais dos assentados parecem ter sido os elementos fundamentais para a desarticulação do espaço criado pelo Estado. Não se tratou, pois, de uma aceitação pacífica das agrovilas, mas de uma estratégia para a organização do espaço na forma como desejavam.

As agrovilas representavam uma continuidade na forma de vida dos acampamentos, em virtude da proximidade das casas, sistema que as famílias desejavam ver extinto. Além disso, elas as deixariam a todo o instante no meio do caminho, em dois espaços diferentes. Como ocupar dois espaços separados geograficamente se é preciso estar constantemente em ambos? Era preciso olhar pelo lote de produção no momento do plantio, da colheita e especialmente no cuidado com os animais domésticos, que são as alternativas de sobrevivência para muitas famílias, seja pela venda do leite, seja pelo consumo dos ovos e das carnes, o que mostrou ser uma das grandes preocupações na escolha do lote de produção. E quanto ao tempo do deslocamento entre o lote de produção e o de moradia? As famílias teriam que usar parte do dia só para o deslocamento de um espaço a outro.

Observamos que o processo identitário que envolve as famílias assentadas no Taquaral encontra-se apoiado em um eixo que perpassa pela memória das lutas passadas de cada um, nas experiências vividas em grupo e nas tradições históricas e culturais de que são portadores. Daí a necessidade de pensarmos o indivíduo e sua relação com o outro, como observa Borges (1997).

Devemos considerar que a identidade se constrói por diferentes processos, “de graus maiores e menores de coesão interna, não supondo uma homogeneidade; e é fruto também de processos concretos de enfrentamento, em que opositores vão sendo identificados e relações de alteridade estabelecidas” (Franco, 1992, p.2).

Nas análises das histórias dos trabalhadores e das trabalhadoras assentadas no Taquaral, o processo que envolveu o percurso de cada um até lá chegar é o elemento fundamental para a organização no pós-assentamento. A identidade daquelas famílias com a terra, com um modo de vida voltado para um espaço que conjuga vida e trabalho, mostrou ser o elemento definidor da escolha por viverem no lote de produção e não no lote de moradia nas agrovilas. Por isso entendemos que essa escolha está ligada à concepção de vida desses assentados. Daí a opção que fizemos por observar a história de cada família, reconhecendo a existência de uma completa relação entre memória e identidade, uma vez que, como nos aponta Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (1992, p.204).

Se a memória pode se constituir em fonte reveladora de um modo de vida passado, entendemos então a relação que as famílias fazem entre o modo como viviam com aquele que hoje desejam reproduzir no Taquaral. Ao estabelecermos uma associação entre memória e identidade, acreditamos contemplar a experiência vivida pelas famílias e assim melhor compreender sua recusa em relação às agrovilas, elucidando as contradições existentes no Taquaral entre a prática do Estado e os interesses dos assentados.

Observamos que os lotes das agrovilas, para muitas famílias, estavam associados a lotes urbanos, sem espaço para hortas, animais domésticos, para a tranquilidade, típica de quem vive no meio rural. A terra é vista como espaço de produção e de reprodução, e este é um traço que as famílias trouxeram consigo e que no Taquaral procuraram refazer.

D'Aquino (1997) expõe esse desejo quando relata a realidade das famílias instaladas no Assentamento Reunidas, no interior do Estado de São Paulo, que viam o lote de produção como um espaço de reprodução da família. Nele, o projeto de cada assentado volta-se à possibilidade de organização e construção do próprio lugar que ocupam para viver com a família, delimitando o espaço ocupado pela casa, pelo barracão, pela horta, pelo galinheiro e pelo estábulo.

No Taquaral, os anos de acampamentos que os assentados foram obrigados a suportar, residindo próximos uns dos outros, foram suficientes para que não desejassem novamente morar daquela forma no espaço definitivo de assentamento. O movimento e o barulho são partes do meio urbano e no meio rural são vistos como desassossego e desconforto; a tranquilidade, a paz está no campo, naquele recanto em que é preciso realizar uma longa caminhada para se chegar ao vizinho mais próximo, para se chegar à igreja, à venda e mesmo ao ponto de ônibus. Essa distância, por vezes longa, parece estabelecer um isolamento entre os moradores, no entanto ela é vista como necessária para a tranquilidade de cada família na organização de seu lugar.

Acreditamos que as reflexões de Woortmann (1990) podem ser aplicadas à realidade do Taquaral, uma vez que o lote de produção, o sítio, é pensado sob três dimensões: comunidade de parentesco, lugar de trabalho, e conjunto casa-quintal.

No Taquaral, a decisão de morarem no lote de produção não se deu no ato da entrega desses lotes; ela adveio de um modo de vida anterior ao assentamento. Como a forma de obtenção de cada lote do Taquaral foi determinada pelo INCRA mediante sorteio, quando cada candidato passou a ser o responsável por sua própria sorte, uma vez que teria que escolher “o papel” onde se encontrava inscrito o número do lote que ocuparia, houve, naquela ocasião, uma grande apreensão. Dependia deles próprios a sorte de serem contemplados ou não com um lote com terras de boa qualidade. Isto se deu em virtude de o INCRA ter desapropriado uma área onde parte das terras era imprópria para a agricultura. Os antigos sem-terra sabiam disso e o temor de cada um deles, naquele momento, estava voltado para o fato de “pegarem o papel” de terras ruins. Depois de tantos anos de acampamento, a definição estava marcada por um simples número inscrito em um pedaço de papel. Mas como adivinhar qual deles era o mais apropriado? Essa foi a norma que o Estado criou para se eximir de qualquer responsabilidade quanto às terras com que cada demandante seria contemplado, uma vez que dependia dele próprio a sorte de “pegar” um lote ruim ou um bom. Esse tipo de metodologia, “o sorteio”, atropela as relações interpessoais e acaba, segundo Farias (2002), servindo

como estratégia para esfacelar e dificultar a própria organização dos assentados a partir do momento em que são separados os grupos iniciais, aqueles que se formaram no período do acampamento ou mesmo antes, fruto de antigas relações familiares, de vizinhança ou de compadrio. No Taquaral, os grupos de famílias que se formaram nos municípios de origem, mantidos no acampamento de Dourados e depois no acampamento Santo Inácio, com o sorteio, foram desfeitos, esparramando famílias que nutriam laços de solidariedade e mesmo de compadrio já durante longos anos. A partir do sorteio dos lotes, ficaram umas separadas das outras, em lugares diferentes do assentamento, o que inviabilizou qualquer iniciativa de trabalho coletivo no novo lugar. Os laços estabelecidos com os vizinhos pela convivência diária nos acampamentos, a partir dos lotes definitivos, tiveram que ser reconstruídos com os novos vizinhos, sem respaldo em relações pré-existentes. É o novo que começa na lama e na areia, calcado em um vazio de relações, em um tonel de esperança: os projetos dos assentados em contraste com o projeto do Estado.

Os assentados nos contaram que ao retirar o papel com o número, sua preocupação foi saber como seria o espaço desse lugar, sem ao mesmo lembrarem que juridicamente estava anexado a ele, em outro espaço do Taquaral, um lote de moradia em uma das três agrovilas. A preocupação era saber onde estava localizado o lote destinado as plantações, que em seus desejos seria também o da morada. Então, era necessário saber como seriam suas terras, se nelas havia água, se lá existia mata e se ficava próximo as estradas, condições que propiciaria construir “a morada da vida” (expressão de Heredia, 1979).

O projeto das agrovilas era do INCRA, não pertencia a eles, não havia sido pensado, elaborado e desejado por eles e por isso não fazia parte de suas preocupações. A preocupação era com o espaço onde poderiam reproduzir seus valores culturais; por isso, o desapego com relação ao espaço engendrado pelo Estado, que não surgira de um modo de vida, de um espaço vivido, mas fora articulado a partir das relações de poder que o Estado mantinha com as famílias que viveriam no Taquaral. Por isso que hoje, já passados mais de 10 anos de assentados não manifestaram qualquer curiosidade em relação aos lotes de moradia nas agrovilas e nem mesmo qualquer preocupação pela inexistência de infra-estrutura nelas.

O que fazer então com os lotes de moradia nas agrovilas? Hoje as agrovilas representam uma área morta, sem função. Portanto, essa área deveria ser repensada. No entanto, os assentados não desejam apenas a reestruturação do espaço de terras ociosas das agrovilas, mas querem também, um repensar sobre o tamanho de cada lote de produção, os quais consideram pequenos para a atividade que lhes restou no Taquaral: a pecuária. O Taquaral lhes trouxe uma profunda mudança cultural e mesmo identitária: boa parte dos assentados, que na chegada ao Taquaral eram agricultores, tornaram-se pastores, numa estratégia que viabilizou a permanência no lote. A grande questão é: o que fazer em uma área de 12 hectares? Como plantar, criar gado, enfrentar a seca e a qualidade do solo em uma área tão pequena? Na discussão que se criou, observamos uma dissociação constante de projetos: aquele dos assentados e o do Estado.

Diante da omissão do Estado em instalar no lote de produção a infra-estrutura, os assentados, desejosos por produzir, partiram em busca de soluções. Como exemplo disso, temos o financiamento que fizeram para o abastecimento de água. O mesmo procedimento foi adotado com parte da rede de

energia; em suma, nos primeiros anos do Taquaral, a infra-estrutura efetuada nos lotes de produção foi construída graças aos assentados, com pouca participação do Estado.

Em face dessas ações, o INCRA percebeu que o projeto do Estado havia sido mal planejado, que os assentados estavam decididos a construir seu espaço no lote de produção. Isto fez com que as ações que hoje lá são desempenhadas pela Prefeitura de Corumbá e pelo governo estadual estejam voltadas para o atendimento ao longo das ruas do projeto.

Para as agrovilas restou a estrutura voltada à educação e à saúde, especialmente na agrovila II, que se encontra localizada no centro do assentamento. Fica a seguinte questão: qual seria a decisão das famílias caso as agrovilas estivessem, no momento da entrega dos lotes, com toda a infra-estrutura planejada? As respostas que obtivemos dos assentados foram unânimes: ainda assim para elas não se mudariam.

Os assentados contam que ao receberem seus lotes de produção, providenciaram para eles suas próprias transferências, sem a preocupação se lá existiam condições para moradia. Não havia ainda estradas e tiveram que abrir picadas que levassem até seus lugares. Era neles que pretendiam começar a organizar a produção e a nova vida. Desejavam construir um espaço de vida e de trabalho no lote de produção, uma vez que ele era visto como espaço de reprodução. É a conjugação de vida e de trabalho dentro de um mesmo espaço, característica da vida no campo, da vida de camponeses, o que a torna diferente daquela vivida no espaço urbano. No espaço rural, ocorre uma associação entre trabalho e descanso em um único local, sempre há o que fazer, sendo o trabalho, por vezes, confundido com o lazer, ou o descanso com o trabalho. Existe uma espécie de entrelaçamento entre espaços público e privado, espaços de produção e de reprodução e mesmo de vida e de lazer.

As agrovilas são vistas como espaços de não-trabalho, em virtude do pequeno tamanho dos lotes de moradia, que não permitem a associação de trabalho e de descanso. Caso optassem pelo lote de moradia nas agrovilas, como os assentados tratariam os bichos no horário dito do descanso se eles estariam nos lotes de produção? Como fabricar um cabo de enxada se a árvore estaria no outro espaço? Como consertar uma cerca, uma vez que tudo estaria separado? Essa separação, além de tomar-lhes tempo no deslocamento de um ponto a outro, atrasaria os pequenos serviços. Por outro lado, estariam sempre cansados, em virtude da caminhada que teriam de empreender de um lote a outro, o que lhes consumiria um tempo de trabalho que poderiam utilizar com diversas atividades.

No Taquaral, esses questionamentos foram suficientes para a recusa das agrovilas, evidenciando a forma como se deu a representação espacial da dominação do poder político do Estado sobre os assentados, a partir do momento que engendrou a divisão do assentamento segundo seus interesses. No entanto, observamos que esse poder passou por uma desarticulação no momento em que os assentados construíram um novo espaço no lote de produção.

O que ocorreu no novo lugar foi o fato de a cultura do outro, o assentado, em nenhum momento ter sido respeitada pelo Estado, quer no princípio, quando era necessário decidir qual seria a infra-estrutura do assentamento. Isso ocorre no próprio momento da desapropriação e do assentamento das famílias, quando o INCRA assentou famílias agricultoras em terras de pastagens, ou mesmo quando as dividiu em lotes com tamanho impróprio para o desenvolvimento da pecuária, concededor que era da qualidade das terras do Taquaral. No entanto, essa é uma prática do Estado, que exerce

seu poder sobre o outro, o assentado, sem considerar o modo de vida do qual é portador. Esse outro é visto como analfabeto, que tem que ser tutelado. Todo o insucesso deve ser atribuído ao próprio assentado. É ele que não foi capaz de desenvolver-se dentro da estrutura que o Estado ofereceu. Entendemos que o projeto do Estado para os assentamentos não pode ser único: tem que ser pensado em cada assentamento, a partir das características da terra e da identidade dos sujeitos a assentar. Um projeto pronto, que sirva para todos os assentamentos do País, não respeita as particularidades ambientais e culturais, o que o inviabiliza. Por outro lado, a prática de assentar somente para dirimir conflitos, cria novos problemas que acabam por marcar a vida de inúmeras famílias assentadas em situação precária e em lotes inadequados.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.
- D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das Terras de Promissão – SP. In *Cadernos CERU*. São Paulo: FFLCH, série 2, n. 8, p. 29-50, 1997.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.
- FRANCO, Mariana Pantoja. *Xagu: de sem-terra a assentado (um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- HEREDIA, Beatriz Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad: espacio e política*. Barcelona: Ed. Península, 1976.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MENEGAT, Alzira Salete. No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia. Araraquara-SP, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-215, 1992.
- WOORTMANN, Klaas. *“Com parente Não se Neguceja”: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87, Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo – Brasília: Hucitec; UNB, 1995.
- WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.